



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

Considerando as necessidades prementes de habitação pública, o Chefe do Executivo anunciou, na sessão de perguntas e respostas, que o Governo ia construir mais 4 400 fracções públicas. Há dias, as autoridades procederam a uma apresentação sobre os terrenos onde serão construídas essas fracções, mas na maioria dos casos, ainda não estão concluídos os trâmites necessários para se dar início à construção, alguns desses terrenos ainda estão na fase de retoma pelo Governo através do respectivo procedimento legal ou de negociação com os concessionários. Perante a escassez de terrenos para a construção de habitação pública, é cada vez maior a atenção pública em relação à actual situação de retoma dos terrenos concedidos e não aproveitados.

O Governo começou com o trabalho de retoma dos terrenos não aproveitados em 2009, e depois de uma breve análise que durou 2 anos, divulgou, apenas e simplesmente, que são 113 os casos de terrenos concedidos e não aproveitados, e que de entre esses, 48 são imputáveis aos respectivos concessionários, ou seja, mais nada divulgou, o que dificulta a fiscalização do público. E quanto a esses 48 casos, o Governo apenas repetiu que já tinham sido iniciados os respectivos processos para declaração da ineficácia das concessões, e que aqueles se encontravam na fase de audição ou então em seguimento dos trâmites necessários. Só que até à data, nenhuma dessas concessões foi declarada ineficaz, portanto, não se pode falar de retoma de terrenos.

Precisamente devido à escassez de terrenos é que não é possível construir habitações públicas em tempo útil. As autoridades não podem arrastar o trabalho de retoma dos terrenos não aproveitados e têm que esclarecer, publicamente, qual é o ponto da situação desse trabalho.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Sendo assim, interpelo sobre o seguinte:

1. Ao fim de cerca de cinco anos desde que o Governo, em 2009, começou com a retoma dos terrenos concedidos e não aproveitados, este limita-se a referir, nas LAG da área dos transportes e obras públicas para o corrente ano, que foram analisados 48 casos e que alguns deles são muito complicados, por isso, vai precisar de mais tempo para proceder a uma análise mais aprofundada. Que “complexidade” é essa? De que tempo é que o Governo precisa para fazer essa análise? Vai aproveitar-se dessa análise para arrastar o problema? De que medidas dispõe para conseguir resultados práticos?

2. Segundo a resposta do Director dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, a uma interpelação minha em Fevereiro de 2012, existem 65 casos de terrenos que não foram aproveitados pelas seguintes razões: por terem sido objecto de acções e transmissões judiciais; porque os contratos de concessão foram alterados; ou porque os processos de apreciação da concessão não terminaram, entre outros, portanto, trata-se de 65 casos que não são imputáveis aos concessionários. Ainda segundo essa resposta, o Governo exigiu aos concessionários que aproveitassem os terrenos concedidos com a maior brevidade possível, tendo em conta situações concretas e objectivas. Já passaram mais de 2 anos, então, qual é o ponto de situação do aproveitamento desses 65 terrenos? Se ainda não foram aproveitados, quais foram as razões? Como é que as autoridades podem reforçar os efeitos das suas exigências?

3. Embora em relação a alguns terrenos ainda não estejam concluídos os trâmites necessários para se começar com a construção das referidas 4 400 fracções públicas, o Governo já tinha antecipadamente planeado essa construção naqueles terrenos. O Governo está a fazer duas coisas ao mesmo tempo, pois espera que acabem ao mesmo tempo os respectivos processos jurídicos e as negociações com os concessionários, assim como o



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

planeamento da habitação pública. Quanto aos terrenos concedidos e não aproveitados, se o Governo só começar com o planeamento depois da respectiva retoma, o processo vai levar mais tempo. O Governo deve então avançar com as duas tarefas ao mesmo tempo: proceder à retoma dos terrenos e ao planeamento dos que apresentam mais possibilidades de retoma, para que sejam aproveitados com a maior brevidade possível e tendo em conta as necessidades do desenvolvimento social e económico. O Governo vai fazê-lo?

O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau

Chan Meng Kam  
12 de Maio de 2014